

Ata da REUNIÃO VIRTUAL DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA – CNES
16 DE JANEIRO DE 2024

1 Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 17h, no ambiente virtual da plataforma *teams*, sob a
2 coordenação do Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, teve início a Reunião do Conselho
3 Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES). Participaram da reunião, os Conselheiros: Alison Ramon dos Santos e
4 Silva (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS), Andrea Mendes (Fórum
5 Brasileiro de Economia Solidária – FBES – Convidada), Paulo Roberto Anderson Monteiro (Banco Nacional de
6 Desenvolvimento Econômico e Social – DNDES - Suplente), Marcela Vieira Gonçalves (Cáritas Brasileira), Kristiany Mariely
7 Bender (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), Dora Sugimoto (Secretaria-Geral da Presidência da República - suplente),
8 Flávio Schuch (Secretaria-Geral da Presidência da República – titular), Flavia Fernanda dos Santos Costa (Ministério da
9 Igualdade Racial), Kezia Alice dos Prazeres (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES), Alzira Josefa de Siqueira
10 Medeiros (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES). Adenilce M. A. da Silva (Fórum Brasileiro de Economia
11 Solidária – FBES -convidada), Celecina Rodrigues dos Santos (Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES), Cláudia
12 Lúcia Soares de Oliveira (Ministério das Cidades - Suplente), Viviane Vicencia da Silva (convidada), Dettmann Mendes
13 (Convidado), Carmen Pizarro (Convidada), Marcos Lael de Oliveira Alexandre (Ministério da Educação - Convidado), Maria
14 Helena Mendes Pinheiro (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES), Fábio Henrique Ibiapina Gomes (Ministério da
15 Educação), Aparecido Alves de Souza (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária –
16 UNICAFES), Carlos Alencastro Cavalcanti (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES), Professor Sandro Bendeito
17 Sguarezi (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho – Unitrabalho), José Alex Borges Mendes
18 (Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras rurais Quilombolas – CONAQ), Carina Mendonça Pimenta
19 (Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática – MMA – Suplente), Keiko Rosana de Souza Sato (Fórum Estadual de
20 Economia Solidária Curitiba - Convidada), Luciana (Fórum Brasileiro de Economia Solidária/SC – Convidada), Eduardo
21 Dalbosco (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e Combate à Fome – MDS – Suplente), José Alcécio
22 (FUNAI), Tatiane Nascimento Conceição Valente (Fórum Brasileiro de Economia Slidária - FBES), Gina Rosângela Dias (Fórum
23 Brasileiro de Economia Solidária – FBES), Patrícia Almeida (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES - Convidada),
24 Adalberto Felício Maluf Filho (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA – Titular), Gisleide do Carmo O.
25 Carneiro (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), José Heriberto Pinheiro Júnior (Banco do Brasil - Convidado), Rosemary
26 Gomes (Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário – Faces do Brasil, Francisca Maria da Silva (Fórum Brasileiro de
27 Economia Solidária – FBES), Alfredo Jairo Santos (Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária), Zander
28 Soares de Navarro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Maíra Lima Figueira (União Nacional de
29 Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES – Suplente), Kristiany Mariely Bender (Fórum

30 Brasileiro de Economia Solidária), Mariana Giroto (Rede de Gestores - Convidada), Nelsa Inês Fabian Nespolo (União e
31 Solidariedades das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasília – UNISOL – Suplente), Renata
32 Moustapha Correa (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) - Titular), Liandra Peres Caldasso
33 (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs), Maria Edinalva Costa Silva (Articulação do
34 Semiárido – ASA), Malu (Convidada), Sueli (Convidada), Elza Santiago (Convidada), Vicente Neves (Agência de
35 Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores ADS/CUT – Convidado), Almir dos Santos Alves (Agência de
36 Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores ADS/CUT - Suplente), Isabel Cristina Silva de Sousa
37 (Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ – Suplente), Marcelo Pires
38 Mendonça (Secretaria-Geral da Presidência da República -Convidado). Da equipe da SENAES, além do Secretário, Gilberto
39 Carvalho, estavam presentes Renata Pinho Studart Gomes (Diretora de Projetos e membro titular do CNES), Ary Moraes
40 Pereira (Diretor de Parcerias e Fomento Substituto e Coordenador-Geral de Parcerias), Antônia Vanderlúcia Simplicio de
41 Oliveira (Coordenadora-Geral de Projetos), Marta Trindade Veloso Fulcar (Chefe de Gabinete Substituta), Samara Landim
42 de Alencar (Auxiliar Administrativo) e Andrea Andrade da Silva (Auxiliar Administrativo). Gilberto Carvalho deu boas-vindas
43 aos participantes e convidou-os a fazer uma breve apresentação de cada um. O Ministro Luiz Marinho fez a abertura da
44 reunião, dando as boas-vindas e saudando a todos e todas com votos de um feliz ano novo com muitas realizações,
45 especialmente no campo da economia solidária. O Ministro fez uma ponderação sobre as reconstruções do ano de 2023 e
46 dentre essas, o renascimento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Mencionou, ainda, que tem muitos
47 obstáculos e desafios neste novo ano, em questão de orçamento e de políticas públicas, porém conta com a participação
48 efetiva do Conselho para a condução do trabalho na economia solidária. Reforçou a importância da economia solidária em
49 vários segmentos econômicos e que um dos objetivos desejados é a participação da economia solidária nos indicadores do
50 PIB brasileiro. Destacou os obstáculos, especialmente na relação com o Parlamento, reforçando que isso não pode ser
51 desculpas para desanimar ou arrefecer a nossa luta. O Ministro encerrou sua participação pedindo o engajamento de cada
52 membro do Conselho neste processo de (re)construção da economia solidária. Todos e todas devem se sentir partícipes
53 desse processo. O envolvimento e dedicação de todos é muito importante. O Secretário Gilberto Carvalho agradeceu a
54 participação do Ministro na reunião do CNES e falou que a SENAES está recebendo reforço de novos funcionários na força
55 tarefa, além do incremento do orçamento da SENAES e que 2024 será o ano da “economia solidária”. Expôs o objetivo
56 desta reunião, comunicando que o tema central a ser discutido é a Conferência Extraordinária a ser realizada em 2024;
57 definição do tema da Conferência; definição do calendário das etapas territoriais/municipais, estaduais e nacional;
58 definição das comissões que irão ajudar a montar a conferência, e a dinâmica da construção das conferências municipais e
59 estaduais. Passou a palavra ao Ary e Renata Studart para fazerem um breve balanço das realizações da SENAES em 2023.
60 Ary ponderou que o ano de 2023 foi desafiador no processo de reconstrução da Senaes que recebeu do extinto Ministério
61 da Cidadania 37 parcerias em andamento (Termos de Fomento, de Parcerias e Convênios) e que, em 2023 foram celebradas
62 38 novas (com recursos de emendas parlamentares). Comunicou que a SENAES irá apoiar as cooperativas de aplicativos de
63 motoristas e de entregadores, que é uma pauta que está em processo de regulamentação no Ministério do Trabalho e
64 Emprego. A seguir, Renata Studart destacou a recriação do CadSol como um sistema de reconhecimento público dos
65 empreendimentos econômicos solidários. Destacou ainda, a rearticulação com os Estados, da qual resultou na constituição

de 14 comissões; a análise da Portaria; a criação da Comissão Nacional do Cadsol, para que nesse presente ano haja o reconhecimento das iniciativas econômicas solidárias sejam elas, formais ou informais. Relatou, ainda, a parceria com o DIEESE para o apoio de ações nos territórios. Relatou a construção de um sistema nacional de formação em economia popular e solidária. Anunciou 9 milhões de recursos do FAT para qualificação social e profissional com a disponibilização de 2.800 vagas para integrantes de entidades e/ou pessoas que estão interessadas em se organizar em empreendimentos solidários. Que no momento a Senaes está elaborando editais com o Instituto Federal da Bahia e de São Paulo. Mencionou, ainda, que esse ano tem a previsão de ser lançado o Programa de Agentes Populares em economia popular e solidária, cuja forma de execução vai ser pela Fundacentro, que é uma Fundação do Ministério do Trabalho e Emprego. Comunicou também que foram feitas parcerias com o Ministério da Saúde, da Cultura, da Igualdade Racial e com as Cozinhas Solidárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Diretoria de Educação Popular, da Secretaria-Geral da Presidência da República, para atuarem como agentes no Território. Renata Studart frisou a importância das cozinhas solidárias que são espaços de organização política, e não apenas estruturas de enfrentamento à fome. Informou ainda que até março do presente ano a SENAES estará trabalhando nas discussões das atribuições e perfis de agentes que vão atuar em todo território. Comunicou que o Secretário Gilberto autorizou a contratação de uma parte dos agentes já em março para ajudar na mobilização para as conferências. E finalizou, relatando a importância da rearticulação com a organização Ibero-Americana, e que a SENAES foi chamada para fazer parte desta rede. O Secretário Gilberto comunicou a realização de sessão interna de planejamento da SENAES para o ano de 2024. E propôs a realização de uma reunião presencial em Brasília do CNES para planejamento, mudanças ou sugestões para a economia popular solidária. Comemorou a importância da participação social, que outrora só ocorria por meio de conferência ou conselhos. Acrescentou que agora, os agentes atuarão diretamente nas periferias, junto ao excluídos. O Secretário enfatizou o desejo de transformar a economia solidária numa política pública que influencia o conjunto do governo. Comunicou que na última semana do mês seria realizada uma live geral de comunicação com o conjunto da economia solidária para prestação de contas das ações do último mês e programar as do mês seguinte. Foi feito um trabalho de articulação com parlamentares para aportarem suas emendas na economia solidária, o que rendeu uma boa previsão. Além disso, teremos a realização de chamamentos públicos e estamos empenhados em fazer chegar orçamento aos empreendimentos. Ary entrevistou para destacar a retomada das articulações no sentido de restaurar o Pronacop Social. Gilberto apresentou o Jornalista Cláudio Eugênio, novo membro da Assessoria de Comunicação Social do Ministério. A Diretora Renata Studart, retomando a palavra, fez um breve histórico dos temas das conferências. A primeira, teve como tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, ocorrida em 2006. A segunda Conferência teve como tema: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, que aconteceu em 2010. Em 2014, de 26 a 29 de novembro, houve a terceira conferência, com o tema: “Construindo um plano nacional da economia solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. De todas as conversas feitas, foi feita uma síntese, incluindo as conclusões da reunião do Comitê Permanente do CNES ocorrida no último dia 09.01.2024, apontando que a Conferência Extraordinária de Economia Popular Solidária de 2024 deve ser alicerçada em três pilares: 1. Concepção territorial da política de economia popular solidária, ou seja, necessidade de ampliar a base de organizações econômicas solidárias e de envolver os atores da ecosol; 2. Concepção de mundo que trate do bem-viver, do planeta como uma casa comum, do cuidado com o meio ambiente, do ser humano como

parte da natureza e 3. Concepção institucional da política de economia popular e solidária, ou seja, da necessidade de fortalecer essa política para que ganhe espaço no governo e que seja concebida como uma política pública que reafirma os princípios democráticos. Ressaltando que todas as decisões foram tomadas conjuntamente com o Comitê Permanente do CNES. O tema proposto foi: **“Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos e sustentáveis”**. A proposta da SENAES para o lançamento do documento-base é que seja feito no dia 20 de fevereiro de 2024 (Dia da Justiça Social). Março e abril, até o dia 05 de maio, seriam realizadas as conferências municipais e territoriais. Entre os dias 05 e 26 de maio, ocorreriam as estaduais. O período de 27 de maio até 02 de junho, ficariam para a elaboração dos relatórios e até o dia 27 de maio serão a indicação dos nomes dos delegados que participarão da Conferência Nacional Extraordinária que ocorrerá nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2024. O Secretário Gilberto ressaltou a importância da Conferência na revitalização da economia solidária. Objetiva uma conferência focada nos municípios e que alcance os anseios dos povos engajados na construção de uma economia popular. Lembrou que, por deliberação do Conselho, a Conferência terá aproximadamente 350 delegados. Renata Studart enfatizou que, para a elaboração do documento-base, outros pontos seriam trabalhados, como a questão do bem viver, do cuidado e do meio ambiente. Sugeriu aos integrantes do CNES trazer outros elementos que auxiliem na composição do documento-base. Gilberto tomou a palavra para enfatizar que o texto-base da Conferência precisa ser um documento focado na metodologia da educação popular, capaz de suscitar um debate capaz de captar os anseios do nosso povo que faz a economia solidária na base, nos territórios. A Conferência não será apenas celebrativa, ela tem o objetivo de incidir nas bases e na organicidade da política pública da economia solidária. A palavra foi passada aos integrantes do CNES para opinarem sobre o tema proposto. Elza Santiago perguntou se a proporcionalidade de empreendimentos já teria sido definida e quem estaria fazendo a pauta e a ementa do curso de formação em economia solidária. Kristiany questionou se o prazo seria suficiente para a elaboração do documento-base e se já tinham orçamento para o ano de 2024. Maíra também questionou o prazo para a entrega do orçamento-base que é muito exíguo. Kezia Alice ressaltou a importância dos empreendedores informais para a economia solidária, que em sua maioria são compostas por mulheres, não estando formalizadas em redes ou associações e, portanto, capacitados para o recebimento dos recursos. Diz está apreensiva em relação aos programas, incentivos, editais e a organização das Conferências, uma vez que algumas das representações não compõem os fóruns estaduais ou municipais de economia solidária. Sugere à SENAES a realização de um diálogo mais homogêneo com os gestores públicos municipais, estaduais e territoriais. Alzira Josefa ponderou sobre a importância da Conferência para a construção da economia solidária e quanto ao tema sugere: “Construindo territórios democráticos e sustentáveis por meio do trabalho associativo e da cooperação”. As expressões “associativo” e “cooperação” trazem a marca da economia solidária com ela é e traduzem melhor esse nosso jeito de fazer. Sobre os subtítulos propostos, acha que deve ser melhor debatido o papel do poder público no fortalecimento dos territórios, até porque a economia solidária existe mesmo onde não há atuação do estado. A conselheira Sueli pergunta sobre as questões dos prazos, uma vez que existe todo um processo de sistematização que passa primeiro pelo território, logo após pelo Estado e finalmente chega ao Nacional e por fim, pergunta quem são as pessoas encarregadas desse processo. A conselheira Nelsa, da Unisol, pondera que na chamada da Conferência faltou temas relacionados com o coletivo, associativo, ou cooperativo que é a essência da economia solidária. A conselheira sugere que articulações como as dos catadores ou da economia familiar sejam levadas ao nível de Estado. Sugere que se realizem conferências das redes

e que essas conferências das redes sejam consideradas como conferências dos estados, onde elas estão organizadas, articuladas. Carlos Alencastro sugeriu que ao invés de “sustentável” no final do tema, seja substituído por “territórios democráticos” e “emergências climáticas”. Também falou sobre a necessidade de realizar um balanço ou uma revisão do Plano Nacional de Economia Solidária. Marcela Vieira sugere que se faça conferências livres com as seguintes temáticas: finanças solidárias; papel da mulher na economia solidária; juventudes e economia solidária e, por fim, educação popular e economia solidária. O conselheiro Aparecido Alves pontuou em dar maior visibilidade da força do trabalho associativo na economia solidária e ponderou sobre a importância das mudanças climáticas para a conferência. Tatiane Valente discorreu sobre a importância do sustentável, do clima e das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas). Outra questão levantada pela conselheira Tatiane, é sobre a construção metodológica dos territórios produtivos e democráticos. É preciso ressaltar, na metodologia, a reavivamento e a identificação dos territórios como territórios produtivos e de construção democrática, dando-lhe condições de sustentabilidade real. Liandra ponderou sobre os impactos ambientais que recaem de modo desigual sobre as camadas mais pobres da sociedade e sobre as tecnologias sociais que estão, de certa forma, muito associadas à economia solidária. É importante trazer a discussão sobre as injustiças climáticas. Maíra Lima Figueiredo pondera sobre a falta do aspecto do trabalho associativo na construção do tema e faz uma reflexão sobre o fortalecimento da política pública. Destaca que a política pública não deveria estar no tema, porque reduz muito, já que entende que o trabalho associado é o que nos diferencia, então em vez de política pública, que é consequência do fazer associado, o tema traga a expressão “trabalho associado”. Por fim, reforça a importância das conferências temáticas e pergunta sobre sua inclusão no calendário do CNES. Jairo Santos resalta a importância do encontro do CNES. Evidencia a importância da comunicação, organização e mobilização na construção da economia solidária. Expressa sua esperança de que em 2024 muitas coisas serão construídas para a promoção da economia solidária. Destacou que no próximo mês será realizado o encontro do Consórcio Nordeste de Economia Solidária e nesse espaço terá a oportunidade de solicitar o engajamento dos presentes na construção das conferências da economia solidária, acredita que terá a adesão desses atores, inclusive dos estados, ao nosso processo. O Secretário Gilberto Carvalho declarou que a discussão foi muito além do tema gerador, compondo as linhas fundamentais do documento-base. Gilberto ainda mencionou que o texto-base será elaborado por uma comissão que contará com a participação de um representante da Senaes, e que em 30 (trinta) dias deve estar concluído. Justificou o porquê da escolha do título “Política Pública”, uma vez que a economia solidária não é feita pelo Estado, e sim pela sociedade. Contudo o Estado precisa criar condições para que a economia popular solidária se fortaleça e se consolide, portanto precisa ser reconhecida pelo Estado, com reflexos no orçamento. Pensa que o adendo feito pela Alzira, pela Nelsa e outros, de introdução das expressões “trabalho associado” e “cooperação”, pode ser incorporado ao tema. Os outros subtemas como a questão da emergência climática, do racismo ambiental, podem ser tratados no texto-base até para qualificar esse “sustentável”. No texto serão consideradas todas as reflexões aqui feitas e nele serão acolhidas todas as sugestões. Gilberto Carvalho declarou que o título seria reformulado, talvez ficando assim: **“ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS E SUSTENTÁVEIS POR MEIO DO TRABALHO ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO”**. Destacou, ainda, que o texto-base não seria publicado sem a apreciação do Conselho do CNES. Informou que, sobre a composição das delegações, cotas femininas e racial ainda não haviam chegado a um consenso, porém estariam trabalhando para concretizar essas

174 questões pontuadas pelo Conselho. Comunicou que os gastos com viagens e diárias da Conferência Nacional serão
175 custeados com orçamento da SENAES. No entanto, nos estados e municípios, serão buscadas parcerias, patrocínios, mas
176 ainda não temos essa resposta, teremos que buscar, construir isso. O Secretário ponderou sobre a importância das
177 conferências temáticas pontuadas pelo CNES como: finanças solidárias; mulheres; juventude; educação popular;
178 sustentabilidade e trabalho associado. A Diretora de Projetos, Renata Studart, respondeu à conselheira Elza sobre os
179 educadores populares que são professores que já atuam em instituições federais, e alguns, em fóruns estaduais e
180 municipais. No dia 02 de fevereiro, dia Iemanjá, será feita a divulgação dessa qualificação e pede que estimulem e
181 mobilizem os estados e seus Institutos Federais abram turmas para esses cursos. Informou ainda, que a recriação dos
182 Núcleos de Economia Solidária nas Superintendências Regionais do Trabalho viabilizou o diálogo com os gestores públicos
183 nos estados e municípios. Além disso a SENAES está fazendo um mapeamento do que existe de arranjos institucionais de
184 economia solidária nos estados e municípios, com a finalidade de nos aproximarmos mais desses atores. O Secretário
185 sugeriu que a discussão sobre a formação seja debatida em uma próxima reunião do CNES. Passando-se à formação das
186 comissões, foi facultada a palavra para inscrições voluntárias. Assim sendo, foram formadas as comissões: **1. comissão de**
187 **Metodologia e Sistematização:** Alzira Josefa, Mariana Giroto, Sueli, Tatiane Valente, Alex, Malú, Andreia, Eduardo, Maíra
188 Lima, Liandra, Professor Sandro, e Keiko Sato; **2. Comissão de Mobilização e Comunicação:** Kristiany Mariely, Jairo, Marcela
189 Vieira, Dora Sugimoto, Celecina Rodrigues, Elza Santiago, Nelsa, Patrícia, Geni, Cesar dos Santos (Sandro vai confirmar) e
190 Carlos, e **3. comissão de Infraestrutura e Finanças:** Xica, Professor Nilson, Kezia Alice, Vicente, Adalberto Felicio e Cláudia
191 Lúcia. O Secretário Gilberto finalizou a reunião, dizendo que iria escalar colaboradores da SENAES para cada comissão, 01
192 (um) responsável interno que vai ficar incumbido de entrar em contato com os integrantes do CNES. A comissão de
193 metodologia e sistematização se dividirá entre os que tratarão da metodologia e os que farão a sistematização. O Secretário
194 ainda falou da possibilidade de convocar pessoas não integrantes do conselho para estar contribuindo com o CNES. O
195 Secretário pontuou que o prazo para finalização do texto-base é até o dia 20 de fevereiro de 2024. Ficou acordado que nos
196 dias 28 e 29 de fevereiro será realizada uma reunião presencial do Conselho em Brasília para validar o texto-base que a
197 comissão elaborará, pensar na questão do orçamento, definição da proporcionalidade dos delegados e outros pontos ainda
198 não claros entre nós. Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Gilberto Carvalho deu por encerrada
199 a Reunião do Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES). E, para que tudo fique devidamente
200 documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 16 de
201 janeiro de 2024.